



Assembleia Municipal de Caminha

ATA Nº 11/17-21 SESSÃO ORDINÁRIA 2019/02/22

Aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e dezanove, no edifício do Teatro Valadares, reuniu a Assembleia Municipal de Caminha.

Às 21H00M, o **Presidente, Luís Augusto Pestana Mourão**, abriu a Sessão saudando todos os presentes.

Foi entregue ao Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no artigo 49º e do n.º 1, do artigo 53º, do Regimento deste Órgão, a comunicação de impossibilidade de presença e respetivo pedido de substituição, do Senhor(a) Deputado(a):

- Liliana Bouça da Silva, Vereadora eleita pelo Partido Social Democrata foi substituída por Manuel Sousa Marques.
- Joaquim Manuel da Conceição Monteiro Guardão, Presidente da União de Freguesias de Moledo e Cristelo, substituído pela tesoureira Maria Goreti Martins de Amorim Verde.
- António Maria Rodrigues Amorim, Presidente da União de Freguesia de Venade e Azevedo, substituído por Sílvia Isabel Gonçalves Costa.
- Paula Cristina Vieira Aldeia, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Paula Margarida de Sousa Almeida.
- João Alberto Marques Costa Felgueiras da Silva, eleito pelo Partido Socialista, foi substituído por Vítor José Brás Rocha.
- João Fernando de Oliveira Domingues, eleito pelo Partido Socialista, foi substituído por Cláudia Pereira Fernandes.
- Marina Sola Gonçalves, eleita pelo Partido Socialista, foi substituída por Tânia Marisa Magalhães Aldeia.



Assembleia Municipal de Caminha

Estavam presentes todos os elementos do PS, CDU e PSD num total de 35 elementos.

O **Senhor Presidente da Mesa** leu a Ordem de Trabalhos, que a seguir se transcreve:

1º - Período de Intervenção do Público.

2º - Período da Antes da Ordem do Dia:

- a) – Informações da Mesa;
- b) – Outros assuntos de interesse municipal a colocar pelos Membros da Assembleia;

3º - Período da Ordem do Dia:

- a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo;
- b) – Aprovação da ata da sessão ordinária de 14 de dezembro 2018;
- c) – Aprovação da ata da sessão extraordinária de 29 de janeiro 2019;
- d) – Celebração de Protocolos de Apoio às Freguesias;
- e) – Acordo de Regularização de Dívida com as Águas do Norte, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro;
- f) – Regulamento da Gala do Desporto do Município de Caminha;
- g) – Regulamento do Regime Especial de Esterilização de Animais de Companhia do Município de Caminha;
- h) – Implementação de Sinalética na “Ponte de Belém” na Freguesia de Argela;
- i) – Complementação de Sinalética na “Ponte de Belém” na Freguesia de Argela.

1.º - PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO



Assembleia Municipal de Caminha

Não houve intervenção do público.

2.º- PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

a) – Informações da Mesa

O **Senhor Presidente da Mesa**, solicitou ao Senhor Deputado Gaspar Pereira que fosse fazer parte da mesa em substituição do Senhor Primeiro Secretário, João Alberto Silva.

b) Outros assuntos de interesse municipal a colocarem pelos Membros Assembleia

O **Senhor Presidente da Mesa** abriu as inscrições para este período e lembrou que os grupos do PS e PSD tinham 26 minutos e a CDU 8 minutos.

O **Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora, Carlos Castro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse o seguinte;

“Com a Lei n.º 47/2018, de 13 de agosto, foram introduzidas profundas alterações ao Regime Jurídico do Recenseamento Eleitoral, sendo consagradas novas medidas de simplificação, das quais se destacam a abolição do número de eleitor.

Com a abolição do número de eleitor, os cadernos de voto serão organizados, dentro de cada freguesia ou posto de recenseamento, por ordem alfabética dos nomes dos respetivos eleitores.

Sr. Presidente, Dr. Miguel Alves, com esta minha intervenção quero alertar para a grande confusão que se vai instalar nas próximas eleições para o



Assembleia Municipal de Caminha

Parlamento Europeu, a 26 de maio, nos dois locais de voto existentes em Vila Praia de Âncora, ou seja no Centro Cívico e Piscinas Municipais.

Essa confusão será instalada nas pessoas mais idosas que votam há muitos anos nas secções de voto do Centro Cívico e que agora muitos deles terão de ir votar às Piscinas Municipais, o que para muitos será uma grande dificuldade porque não se podem deslocar por motivos de saúde e falta de meios de transporte, ou porque estão habituados a sair da missa e a irem votar ali ao lado, como é hábito há anos e fazem sempre que há eleições, acabando por desistir de ir votar. Temos a experiência do nosso lado, sempre que houve alguma situação de alteração de locais de voto, às vezes em casos específicos, há como que uma revolta, um mau estar, por parte dos eleitores, que dizem que assim não votam.

Com esta alteração aos cadernos de voto as flutuações entre mesas/locais de voto vão ser muito grandes.

Este problema não será tão significativo nas outras freguesias porque as secções de voto encontram-se num único local, mas em Vila Praia de Âncora com quatro secções de voto, divididas por dois locais, vai originar uma enorme confusão.

A Junta de Freguesia de Vila Praia de Âncora está disposta a, juntamente com o Município, encontrar uma solução para este problema.

Disse.”

O **Senhor Deputado Vítor Brás**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse o seguinte;

“Nas contas que a população faz quando avalia a qualidade de um mandato autárquico, um dos fatores que tem mais peso é o das obras, o das obras prometidas e realizadas. Muitas vezes, não se cuida das condições financeiras existentes ou dos problemas burocráticos que surgem e é comum ouvir a



Assembleia Municipal de Caminha

crítica àqueles que muito prometem e nada fazem. Isso poderá acontecer em muitos locais e a propósito de muitos temas, mas creio que todos, mesmo todos, estaremos de acordo que não acontece no concelho de Caminha a propósito do investimento em novas redes de saneamento.

Vou cingir-me apenas ao mandato em vigor.

Neste momento, por todo o concelho, avança um investimento global de quase 3 milhões de euros, alicerçado no investimento na rede de saneamento em Âncora, Argela e Vilar de Mouros. Em Âncora, depois de longas obras, estamos a chegar à fase final da empreitada. Em Argela, a obra está também adiantada e já percebemos que a capacidade de negociação da Câmara Municipal permitiu, não só o ganho da nova rede como uma nova e importante pavimentação das vias ao longo da Freguesia. Em Vilar de Mouros, sabemos que a obra está em curso embora mais atrasada, por causa da pedra encontrada. De todo o modo, temos as notícias de hoje que indicam que a Estrada do Funchal já está a ser pavimentada.

Três empreitadas prometidas e três empreitadas quase concretizadas. Se a obra contar, este Executivo tem obra bastante em redes de saneamento para merecer a confiança das pessoas destas Freguesias.

Apesar deste investimento, a Câmara Municipal aprovou esta semana o projeto da rede de saneamento em Azevedo e o projeto de saneamento da Lage e Laboradas na Freguesia de Âncora. Ao todo, são mais 1 milhão e 600 mil euros que se vão juntar a outras candidaturas em Moledo e Venade num valor global superior a 2 milhões de euros que será candidato a fundos comunitários até dia 28 de fevereiro.

Caras e Caros Deputados,

Em menos de ano e meio, a Câmara Municipal está a fazer e a lançar investimento em redes de saneamento e abastecimento de água na ordem dos 5 milhões de euros! Repito, 5 milhões de euros ao serviço das populações! Não é coisa pouca e tem ainda duas particularidades: o facto de investir na qualidade de vida das pessoas que vivem no interior do concelho de Caminha -



Assembleia Municipal de Caminha

- caso de Venade, Azevedo, Argela ou Vilar de Mouros - e a novidade de levar saneamento a Freguesias que já não acreditavam que o iam ter.

Permitam-me uma palavra particular para a minha freguesia de Âncora: no passado, permitiram que fosse feita uma ETAR na Freguesia junto ao rio e deixaram a Freguesia abandonada sem saneamento. Recebemos o pior e não beneficiamos do melhor que o saneamento traz. Com este Executivo, temos vindo a recuperar o tempo perdido. Sabemos que esta é uma obra ingrata, que não se vê, que cria incómodos, mas acredite, Senhor Presidente, que as pessoas conhecem e sabem bem o trabalho que a Câmara Municipal faz nesta matéria.

Obrigado.”

O **Senhor Deputado Filipe Fernandes**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Múncipes e Comunicação Social, e disse o seguinte;

“O Concelho de Caminha, ao longo dos anos, tem fomentado políticas inclusivas, de ajuda e apoio social, no sentido de criar oportunidades iguais para todos.

Atualmente continuam a existir muitas pessoas que atravessam uma fase menos boa das suas vidas.

Por isso, deixam de adquirir algo tão essencial como os medicamentos prescritos pelo seu médico, por não terem meios financeiros adequados.

São pessoas de várias idades e percursos que ficam sem acesso à saúde que é tão importante para a sua qualidade de vida.

Muitos com doenças crónicas em que a interrupção do seu tratamento pode ser mesmo fatal.

Para dar a uma resposta a este flagelo, foi celebrado há poucos dias um protocolo entre o Município de Caminha e a Associação DIGNITUDE.



Assembleia Municipal de Caminha

Uma instituição particular de solidariedade social, sem fins lucrativos, com a missão de desenvolver o programa “ABEM – Rede Solidária do Medicamento”. Este programa funciona com base numa rede colaborativa entre a Associação, o Município e as Farmácias.

É o município que possui a capacidade técnica e mais proximidade à população para uma correta identificação das famílias socialmente mais vulneráveis.

Há um grande trabalho por parte do município para que o processo deste programa seja rápido e seguro.

O acesso aos medicamentos será assegurado pelo Fundo Solidário, com a participação de 100 euros anuais por pessoa do município.

Quem for abrangido, poderá adquirir, de forma gratuita, todos os medicamentos que necessita.

No nosso concelho todas as farmácias serão parceiras, entrando nesta rede colaborativa nacional.

Este é mais um passo importante que o executivo do município de Caminha dá em prol dos munícipes, relativamente à Ação Social.

Desta forma, congratulamos o município na pessoa do seu presidente e na pessoa da Senhora Vereadora deste Pelouro, pela conquista de mais uma iniciativa para toda a população do concelho de Caminha.”

O **Senhor Deputado Gaspar Pereira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse o seguinte;

“Minhas senhoras e meus senhores,

O Concelho de Caminha é verdadeiramente uma "TERRA QUE MEXE"!

Nos últimos meses a Câmara Municipal tem investido no território como poucos executivos o fizeram. Uma aposta forte na resolução de problemas estruturais que em muito beneficia o dia-a-dia da população e a vivência da comunidade.



Handwritten signature in blue ink, possibly reading 'Z. E.' or similar.

Assembleia Municipal de Caminha

Não posso deixar de salientar aqui a obra da Sandia que está a requalificar toda uma zona que até agora tinha sido esquecida e votada um pouco à sua sorte.

Mas agora, já é bem visível o trabalho que ali se está a fazer.

A obra da Sandia, um investimento superior a 1.220.000,00€, visa resolver um problema grave de escoamento de águas pluviais, mas também requalificar toda aquela zona, dando-lhe condições dignas para usufruto do espaço público, promovendo uma melhor circulação, devolvendo o território às pessoas.

A Câmara Municipal batalhou durante anos para ter esta obra e ela finalmente aí está! As pessoas da Sandia e da Vista Alegre merecem este investimento, há anos que são castigadas com enxurradas de água, são vítimas de inundações, andam em pisos maltratados e correm riscos de atropelamento. Bem sabemos que, estas obras não são tão visíveis como outras que se possam fazer no centro da vila ou na praia, mas são obras que vão resolver problemas de décadas a centenas de pessoas que vivem ou passam férias na zona norte de Vila Praia de Âncora.

Contudo, não posso deixar de aproveitar esta intervenção para congratular e dar os parabéns ao Executivo por ter conseguido financiamento para a construção da nova escola básica de Vila Praia de Âncora que albergará também a sede da Academia de Música Fernandes Fão. Este financiamento de 1.5 Milhões de euros é fundamental para Vila Praia de Âncora, para as nossas crianças e jovens. Esta foi uma promessa eleitoral do Partido Socialista e muito me honra que palavra dada seja palavra honrada.

Sr. Presidente sei que o projeto desta escola está a ser elaborado pelos técnicos do município, mas poder-nos-ia elucidar sobre o estado deste processo?

Termino Senhores Deputados salientando ainda, e por estar a falar em educação, que foi com muito satisfação e contentamento que tive conhecimento que a Escola Sidónio Pais finalmente teve concorrentes para



Assembleia Municipal de Caminha

executar aquela obra tão importante para a comunidade escolar, uma obra de 3.5Milhoes de euros. Poderemos saber algo mais sobre este processo?
Disse.”

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse o seguinte:

“A posição da CDU no que à água diz respeito é já mais que conhecida, dominando mesmo nesta assembleia a interpretação ideológica que a CDU faz dos fins a que se destina o monopólio das Águas de Portugal e aquela que é a interpretação da Câmara Municipal de Caminha e do seu executivo. Para nós, CDU, é claro que se está a engordar o porco para o levar à feira, numa analogia de que bem gordinho será mais apetecível à privatização. Mas para além do negócio em si, com confusões que em nosso entender deveriam ter merecido o chumbo claro desta assembleia, a verdade é que este foi também um processo, a par das transferências de competências, que provou a todos os munícipes do concelho de Caminha os problemas gerados pela existência de maiorias absolutas nesta assembleia. É hoje claro para todos que, tal como no passado aconteceu com o PSD, agora também basta o PS querer, que a Assembleia Municipal de Caminha faz acontecer. São as regras da democracia, e foi o povo de Caminha que vos deu essa maioria, dirão. Mas por isso mesmo vos cabe também dar a devida nota aos munícipes das vossas decisões. E junto convosco, também os presidentes de junta que vos acompanham e vos acompanharam particularmente nesta matéria.

Que a fatura da água iria subir já em janeiro, nem era novidade, e honra seja feita ao presidente da Câmara que nunca o negou. Que em janeiro já se verificaria esse aumento, também não foi uma novidade em absoluto, embora se pudesse esperar que a Câmara Municipal de Caminha não se antecipasse à própria empresa. Espantoso foi, contudo, aplicar este aumento num cenário de



Assembleia Municipal de Caminha

responsabilidades municipais, há muito fracamente assumidas, na contagem dos consumos. O município de Caminha remeteu a responsabilidade da contagem para os munícipes, e, na sua ausência, fazendo estimativas de consumo. Esta situação provocou, por diversas vezes, pagamentos acima do consumo sempre que se faziam acertos por leitura, ultrapassando-se, nesse mês, escalões que não eram reais. Mas agora essa situação foi ainda mais grave, e terá repercussões ainda no, ou nos, próximos meses. Sem aviso prévio, os munícipes, apanhados desprevenidos, e que portanto não fizeram nem deram contagem em dezembro e janeiro, pagam agora acertos a um preço muito superior ao que pagariam se a Câmara tivesse feito aquilo que nós consideramos mais correto. Ou seja, a Câmara deveria ter realizado uma contagem real para acerto de todas as contas no final do mês de dezembro, garantindo que os consumos pagos ao novo preço corresponderiam efetivamente ao novo período de faturação. Assim não entendeu a Câmara Municipal que aprovou esta medida e a aplicou sem esta salvaguarda. Por isso, a revolta sentida por muitos munícipes não se atenuará no próximo mês, porque é de esperar que novas contas os espantem ainda mais.

Kennedy dizia “não perguntes o que o país pode fazer por ti mas antes o que podes fazer pelo país”. A Câmara Municipal de Caminha diz “não perguntes o podes fazer pela Câmara, nós decidimos por ti”. E a decisão foi, paga, se possível a dobrar, para resolver a situação financeira do concelho de Caminha. Claro que uma vez mais poderão dizer que a situação gerada resultou sempre de eleições e maiorias dadas pelos munícipes do concelho. Mas isso deveria dar-vos ainda mais responsabilidade na comunicação franca e justa com os munícipes. Por isso deixamos aqui esta nota de desagrado, pela forma como aplicaram esta medida, com a qual discordámos em tempo útil.

Preocupação tem também merecido, por parte da CDU, a gestão dos montes, quase que ao arrepio das notícias que nos colocam na vanguarda desta gestão. A verdade é que a longe vai o tempo em que os montes tinham uso comunitária e os incêndios eram estancados pelos populares, porque tanto



Assembleia Municipal de Caminha

tinham interesse os proprietários como os que deles se serviam. Hoje a realidade é bem distinta; temos bombeiros, temos planos a régua e esquadro; temos meios; embora desconfiemos da existência do património de conhecimento popular de outros tempos. Os montes passaram do interesse para populares, e preencheram os interesses industriais, levando à proliferação de eucaliptos, ainda mais favorecida pelo governo PSD / CDS-PP, e pela sua, então ministra, Assunção Cristas.

A verdade é que a Câmara Municipal de Caminha tem assumido grande protagonismo na gestão dos montes e na prevenção de incêndios, merecendo letras grandes na divulgação do seu empenho, no entanto a CDU tem levantado sucessivamente algumas dúvidas sobre a amplitude da estratégia e dos planos seguidos. Por isso de forma muito sucinta solicitamos ao executivo que informe a assembleia sobre:

- Quem está neste momento responsável pela limpeza das linhas de água, substituindo as funções dos antigos guarda-rios;
- Quem assume atualmente as funções dos antigos couteiros, ou entendem que atualmente essas funções não devem ser atendidas;
- Com o plano em curso e a estratégia seguida pelo município, entende o executivo que os montes melhoraram ou pioraram em questões de infraestruturas preventivas de incêndios, de ação no terreno, possibilitando, por exemplo, que os proprietários consigam limpar áreas inacessíveis;
- Que controlo está a ser feito sobre as plantações, sobretudo no que diz respeito à geração espontânea de eucaliptos;
- Reconhecendo que no concelho de Caminha há bons exemplos, quer na gestão feita pelas comissões de baldios, quer por algumas juntas de freguesia, que trabalho está a ser seguido na uniformização da ação em todo o território municipal?



Assembleia Municipal de Caminha

Se a acessibilidade nos montes preocupa, a mobilidade nos núcleos urbanos não preocupa menos a CDU, e já não é a primeira vez que nos referimos ao REGULAMENTO MUNICIPAL PARA OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO, particularmente nos princípios e normas que visam garantir a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida, nos termos do Decreto-Lei n.º 163/2006. Sobre a matéria a CDU fará uma interpelação formal em futuras sessões, requerendo, a seu tempo, documentação que julgue essencial, deixando agora apenas o desafio a todos, e particularmente ao Sr. presidente da Câmara Municipal de Caminha, para percorrerem a Avenida Dr. Ramos Pereira, pelo passeio nascente, empurrando uma cadeira de rodas, ou um carrinho de bebé, ou até acompanhando alguém com outra dificuldade de mobilidade.

E porque na vida ninguém erra a 100%, ou acerta no mesmo grau queremos terminar acompanhando com expectativa e satisfação as notícias sobre os espaços escolares no concelho de Caminha. Este município está ao nível dos dois mais populosos do distrito de Viana do Castelo, contando com duas escolas secundárias públicas, ensino profissional e ensino artístico especializado da música. Esta é uma situação que nos deve comprometer a todos, não deixando jamais que se perca este território educativo e as suas ofertas, reconhecendo nele a fixação de população e dinamismo cultural e comercial tão essencial ao equilíbrio social do concelho de Caminha, das gentes do Vale do Âncora e do Coura Minho.

Temos a certeza que estão agora lançadas as bases para uma nova fase que organizará melhor ciclos e ofertas, dará melhores condições de aprendizagem aos alunos e um ambiente escolar mais entusiasmante que nos orgulhará enquanto decisores políticos.

Estas sim, são boas notícias, cujo resultado poderá até ser usado como mérito eleitoral, mas que a sê-lo não a diminui nem nos afasta de a elas nos associarmos com enorme satisfação.

É o município de Caminha que melhora, que se estrutura e que se afirma.

Disse.”



Assembleia Municipal de Caminha

A **Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Lanhelas, Josefina Covinha**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente em exercício da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse o seguinte;

“A Junta de Freguesia de Lanhelas, foi informada no passado dia 15 de janeiro pela Direcção-Geral do Património Cultural da abertura de um procedimento de classificação das Gravuras Rupestres do Monte de Góios, cuja localização é erradamente apontada a Vilar de Mouros. Embora na freguesia vizinha de Vilar de Mouros tenham sido referenciadas lajes contendo gravuras rupestres, os vestígios que são agora objeto de classificação situam-se todos na freguesia de Lanhelas. Daí exigirmos que o organismo do Ministério da Cultura responsável pela abertura deste procedimento corrija a localização das gravuras. Lembro que esta Junta de Freguesia, em conjunto com a COREMA, apresentou vários pedidos de classificação, o primeiro em março de 2003. Também em setembro do mesmo ano, numa Assembleia Municipal, tanto o Presidente da Freguesia de Lanhelas em exercício, como eu própria na qualidade de Deputada nesta Assembleia, fizemos uma defesa acérrima deste património arqueológico, quando ainda decorriam as propostas para a ligação da A28 à EN13. A árdua luta que travámos para preservar o património arqueológico do Monte de Góios não foi inglória. O túnel construído para possibilitar a preservação de parte dessas figuras, revela bem a importância reconhecida por todas as entidades envolvidas. O resultado deste reconhecimento, é também esta importante classificação, que pretende conservar para as gerações futuras um autêntico museu ao ar livre, e um verdadeiro santuário de arte rupestre, como o apelidou o arqueólogo António Martinho Baptista, antigo diretor do Centro Nacional de Arte Rupestre. A Doutora Lara Bacelar Alves, arqueóloga que prospetou grande parte das lajes com gravuras de Lanhelas, considera o Monte de Góios um dos locais de maior



Handwritten signature in blue ink.

Assembleia Municipal de Caminha

concentração de arte rupestre, pré-histórica no Noroeste de Portugal. Trata-se, portanto, de um Património de valor incalculável para todos nós, habitantes de Lanhelas e da Ribeira Minho. Devemo-nos orgulhar, pois, da classificação destes vestígios arqueológicos, cuja importância extravasa muito os limites da freguesia, afirmando-se mesmo no contexto europeu da arte pré-histórica.

Devo referir que esta nossa preocupação é corroborada pelo executivo camarário, porque ontem mesmo, recebemos informação acerca do pedido correção, realizado pelo Senhor Vereador Guilherme Lagido e Edital publicado pelo Senhor Presidente da Câmara, o que muito prezamos e agradecemos.”

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse o seguinte;

“Como é do conhecimento de todos, a nossa vereadora do PSD Liliana Silva, desde o início de janeiro do corrente ano, exerce funções como Deputada da Assembleia Legislativa.

Tal facto não deixa de ser, antes de mais, um prémio ao seu percurso político. Mas, acima de tudo, creio que poderá ser o estímulo que faltava para que Liliana Silva possa, de uma forma definitiva, mostrar principalmente aqueles que ainda tinham dúvidas, tudo aquilo que vale como política.

Inteligente, com uma argúcia apurada, com uma maturidade política adquirida muito rapidamente, sem medo de nada e de ninguém, abraçando as suas causas com força e tenacidade, nunca desistindo das suas batalhas, nunca desistindo de ser Mulher, nunca desistindo de ser Mãe de três filhas, nunca desistindo de ser Esposa, assumindo sempre com orgulho a sua filiação partidária, assumindo com um sorriso o facto de ser minhota de nascimento e coração.

Acredito que Caminha e o Alto Minho terão na pessoa de Liliana Silva a Deputada que marcará a agenda na Assembleia Legislativa, levando os



Assembleia Municipal de Caminha

grandes temas da nossa região ao debate. E, pelo que temos visto, outros se apressam já a copiar-lhe as ideias e as iniciativas.

Do fundo do coração desejo-lhe as maiores felicidades, e que no fim da Legislatura, quando tudo acabar, quando olhar para trás, sinta que fez tudo quanto era preciso fazer pelas suas ideias e causas e se sinta orgulhosa disso mesmo.

Liliana, estamos contigo e recebe o nosso grande abraço de felicidades.”

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Múncipes e Comunicação Social, e disse que agradece todas as intervenções que ali fizeram, e que vai tentar dar resposta a cada uma delas.

Quanto à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Vila Praia de Âncora, o Senhor Presidente agradece a sua intervenção uma vez que o foi alertar para uma matéria para a qual ele não se estava a lembrar, contudo, vai tentar arranjar uma solução, e julga que passa por duas vias, ou se concentram as urnas num dos locais que habitualmente se usa, como o Centro Cívico, ou , Piscinas, ou se concentra um terceiro local, como por exemplo uma escola, contudo, nesse momento reunirá com ele e com todas as forças políticas que estão representadas na Assembleia, para se encontrar uma solução.

Quanto à intervenção dos Senhores Deputados do Partido Socialista, o Senhor Presidente agradece as suas intervenções, porque acabam por dar nota que às vezes se passa ao lado dos grandes temas de debate. Disse o Senhor Presidente que o assunto do saneamento é uma matéria onde existe um grande investimento e é ingrato do ponto de vista político, porque causa muitos constrangimentos, é uma obra sempre difícil, contudo, nesse contexto deve-se sublinhar, porque em um ano ou ano e meio está-se a potenciar um investimento em cinco milhões de euros em redes de saneamento e em redes



Assembleia Municipal de Caminha

de água, logo, agradece esse contributo, porque as vezes não se sabe para onde vai o dinheiro e é sempre bom sublinhar essa matéria.

Agradece ainda o Senhor Presidente a intervenção do Senhor Deputado Filipe Fernandes, não pela visibilidade política de uma medida que pretende levar um medicamento a quem dele não pode usufruir por razões financeiras, apesar de politicamente ser interessante, porém, o mais importante é que as pessoas que possuírem determinado contexto económico que está estabelecido nas regras, e que é um pouco o contexto económico familiar que beneficiam aquelas na questão do pagamento de água, rendas ou outras despesas, vai ter acesso através de um cartão que a Câmara Municipal vai disponibilizar a medicamentos de forma gratuita, ou seja, a ideia é que uma família que tenha dificuldades económicas e que não tenha capacidade para comprar medicamentos o possa fazer, contudo, mais do que a visibilidade política desta medida e poder-se chegar às pessoas que nem sempre veem a divulgação desta medida nos jornais, ou, na internet e por isso estes fóruns servem sempre para se repisar esta matéria, e para que os Senhores Presidentes de Junta ajudem nesta medida, o que orgulha muito o executivo do ponto de vista social.

Quanto à intervenção do Senhor Deputado Gaspar Pereira, o Senhor Presidente agradece as questões que levantou, quando solicita alguns esclarecimentos relativamente à Escola de Caminha e à de Vila Praia de Âncora, e pegando na nota que deu o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro sobre essa matéria, refere o Senhor Presidente que até ficou preocupado quando o Senhor Presidente da Assembleia o ia interromper precisamente no momento em que o Senhor Deputado estava a falar bem da Câmara. Mas, quanto a Escola de Caminha disse o Senhor Presidente que este é um processo que tem vindo a decorrer com as dificuldades que todos conhecem, sabem que o primeiro concurso ficou deserto, houve a necessidade de reformular o processo inicial, houve a necessidade de se investir mais no projeto, onde concorreram três empreiteiros. E neste momento o preço base da



Assembleia Municipal de Caminha

obra está em três milhões e meio de euros mais IVA, porém, os fundos comunitários não foram alterados rondam os dois milhões e meio de euros, o quer dizer que a Câmara Municipal vai ter que mobilizar mais de um milhão de euros por causa do IVA, trata-se de um grande esforço por parte do executivo, porque tem a certeza que é um bom investimento. Contudo, a boa noticia, foi que apareceram três concorrentes dentro do preço base, agora vai haver uma avaliação interna para se ver qual é a melhor candidatura, para se dar o tempo necessário para reclamação e enviar o procedimento para Tribunal de Contas, e passar-se rapidamente ao inicio da obra já nas férias de Verão, apesar de às vezes as datas serem um pouco complicadas de se acertar. Disse ainda o Senhor Presidente que são 18 meses para se realizar a obra, e ainda hoje houve uma reunião do Conselho Municipal de Educação e aquilo que lá transmitiu é que será um ano muito difícil para a Escola Secundaria de Caminha para os pais e alunos, porém, julga que o investimento vai valer a pena.

Quanto à Escola Básica de Vila Praia de Âncora, disse o Senhor Presidente que ali se junta uma nova sede para a Academia Fernandes Fão, pois foi uma batalha muito difícil, mas, como na primeira fase dos Fundos Comunitários se colocou a Escola de Caminha, mas, tinha-se que garantir em primeiro lugar que na reprogramação dos fundos se encontraria dinheiro para o Alto Minho e só depois, nesse dinheiro que vinha tinha-se que garantir dinheiro substantivo para fazer a Escola Básica, contudo, o executivo manteve esta matéria sempre em segredo, porque não se podia lançar uma expectativa que depois não se sabia se se poderia cumprir, mas, beneficiou-se de um critério do Ministério da Educação que percebeu que esta escola era importante, e decidiu investir na escola em Vila Praia de Âncora, esta foi uma matéria que nem sequer passou por decisão da CIM do Alto Minho. Disse ainda o Senhor Presidente que aquilo que o executivo decidiu fazer politicamente foi o seguinte, se existe a oportunidade de se fazer uma nova Escola Básica, que vai criar melhores condições para os alunos do primeiro ciclo, e criar melhores condições para os



Assembleia Municipal de Caminha

alunos do segundo ciclo, porque liberta espaço, e esta seria a oportunidade para se fazer a sede para a Academia Fernandes Fão a qual merece.

Porém, aquilo que os técnicos estão a fazer, é criar um edifício que permita servir o Agrupamento no primeiro ciclo de ensino e a Academia Fernandes Fão, criando canais comunicantes, que permita que as duas instituições funcionem autonomamente, existindo um auditório central que sirva a Academia, a Escola e a Vila que também precisa de um novo auditório. Disse o Senhor Presidente que o executivo o que garantiu foi um milhão e meio de euros de FEDER, no Alto Minho foi a maior candidatura e a maior atribuição de financiamento, e mesmo até no contexto do Norte retirando a área metropolitana do Porto é dos maiores, e nesse contexto a Câmara terá que fazer a sua comparticipação na ordem dos 274 mil euros, contudo a expectativa é mais lenta do que na Escola Secundaria de Caminha, o projeto ainda está a ser realizado, vai ter o aval da Direção Regional de Educação, depois terá que se avançar com o concurso, o que provavelmente obras só para 2020.

Quanto à intervenção que o Senhor Deputado Joaquim Celestino fez relativamente ao assunto da água, ao seu tarifário, disse o Senhor Presidente que nenhum Presidente quer estar na pele daquele Presidente de Câmara que aumenta o preço da água e de uma forma tão substantiva como o fez este executivo, não o fez com prazer, mas fá-lo com a convicção que se não o fizessem não se daria equilíbrio a um sistema que esta a chegar a uma rotura total. Admite o Senhor Presidente aquilo que o Senhor Deputado refere, que será complicado para quem não der a leitura, ser confrontado com a avaliação que a Câmara faz, porém, isso também ter a ver com a incapacidade que a máquina da Câmara tem em fazer leituras todos os meses em todas as Freguesias, ou seja, quando se procura eficiência para dar resposta a essa questão da água, precisa-se desse conjunto de pessoas que a Câmara não tem, para se poder dar essa resposta. Refere o Senhor Presidente que esse tempo não vai ser bom, porque as pessoas vão ser confrontadas com uma



Assembleia Municipal de Caminha

subida do preço da água que é muito dura, mas, aquilo que se está a fazer não o dirá como única alternativa, porque, na política existe sempre alternativa, porém, julga o executivo que é a única que garante saúde financeira, para se poder ter investimento em água e capacidade para se resolver os problemas, mas, sobretudo para estancar este cancro na Câmara Municipal, porque ainda ali se vai debater um acordo de pagamento do passado de nove milhões de euros e essa matéria não pode continuar. Disse ainda o Senhor Presidente que a fatura da água pode ser o dobro daquela que receberam no mês anterior, mas existem situações que pagaram menos, porque houve acertos, mas, a questão é que o tarifário é só um e não pode aumentar de forma genérica para outros, no caso dele em particular aumentou 60%, a fatura com os mesmos metros cúbicos, em outras casas aumentou outras percentagens como 40% ou 80%, logo os metros cúbicos não são comparáveis, contudo, isso é sempre muito dinheiro, e deve-se encontrar soluções para se poupar no gasto de água, contudo, deve-se acompanhar o que está a acontecer e tentar-se dentro dos mecanismos sociais que a Câmara tem, fazer com que aqueles que estão impedidos de pagar a água o possam fazer da melhor forma.

Quanto à floresta, disse o Senhor Presidente que essa matéria não vai ser resolvida de um momento para o outro, nem em uma década, irá precisar de muito tempo, e apenas existem duas alternativas, e ainda esta semana como Presidente Distrital da Proteção Civil, juntou um conjunto de atores nesta matéria, e houve um interveniente que disse que “não valia a pena toda a limpeza que se fez”, mas, vale a pena, e todos devem ter a precessão que isto só se fez à força, depois daquilo que aconteceu em 2017 ao nosso País, no entanto, continua-se a fazer e tem que se tomar opções nas Freguesias, para onde se mandam os sapadores, e aonde se fazem as limpezas, e ainda se tem que fazer opções sobre aqueles particulares que não cumprem, ou seja, tem que haver opções porque não se tem capacidade para tudo.

Disse o Senhor Presidente que ao longo deste último ano em rede primária e secundária no Concelho de Caminha, sendo rede primaria as áreas de



Assembleia Municipal de Caminha

descontinuidade que são criadas no monte e a rede secundaria caminhos florestais e as estradas municipais conseguisse limpar 200 hectares de mato, os baldios por si só, e fazem um excelente trabalho, limpam 142 hectares, com ações de fogo controlado limpou-se 164 hectares, pode ser pouco, mas, é muitíssimo mais daquilo que se fez alguma vez, e por isso, saúda todos os Presidentes de Junta, os Baldios, os particulares que também fizeram um grande esforço, e aqueles que trabalham indiretamente com a Câmara, especialmente os Sapadores Florestais e aqueles que trabalham em outro tipo de posturas, as equipas de intervenção em Vila Praia de Âncora e Caminha, os bombeiros na generalidade e as equipas que através do balcão georreferenciação que também trabalham, pois, trata-se de um trabalho muito extenso. Porém, O monte está melhor? Senhor Deputado, é como se dizer que o mundo está melhor! contudo, está-se a fazer uma pequena quota para que o mundo possa melhorar. Existem muitas coisas que se tem que mudar na floresta, a atitude de muitos e a atitude do Estado, porque muitas das vezes ouvir-se discursos que atacam o Estado e que atacam a capacidade do Estado enquanto ente coletivo de poder resolver os problemas enquanto sociedade, existe esse ataque aos serviços públicos e às vezes é mais fácil de se perceber em determinados setores que isso é feito, mas, quando toca a rebater não são só os bombeiros que vão, é o Estado que também é chamado, muitas vezes pelos mesmos que durante anos em períodos de vacas gordas desinvestem nesse mesmo estado e apoquentam o Estado e os trabalhadores que estão nesse mesmo Estado, e ao longo dos anos fomos habituados a ouvir que há Estado a mais, mas, quando começou a arder, existia Estado a menos, e agora para recuperar o tempo perdido ainda vai passar muito tempo, tanto no Estado e muito mais na floresta. Disse ainda o Senhor Presidente que no Concelho de Caminha que o monte está um pouco melhor, e este bocadinho que foi feito, nunca foi feito nos últimos anos em que os montes foram abandonados, mas, isso não desresponsabiliza que daqui a um mês não se esteja a falar de um grande incêndio no Concelho de Caminha. Existem Freguesias de prioridade



Assembleia Municipal de Caminha

máxima, pelo menos duas no contexto do Concelho, Âncora e Argela e existem outras de segunda prioridade, que terá que se estar atento, e conta com o esforço de todos nesta matéria.

3.º- PERÍODO DA ORDEM DO DIA

a) – Apreciação de Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a Atividade do Município e a Situação Financeira do Mesmo

O **Senhor Deputado Pedro Casal**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes e comunicação social, e disse o seguinte;

“A situação financeira do município é crítica, não pode deixar de nos preocupar a todos.

No período de um ano o valor em caixa do município diminuiu de cerca de 420 000 € para 330 000 €, ou seja, quase 90 000 € a menos. Uma diminuição de 21% do valor.

Em contrapartida, o valor em dívida a curto prazo a fornecedores e restantes credores passou de 4 800 000 € para 7 900 000 € em números redondos. São mais 3 100 000 € num só ano, mais 64,5 %.

Atualmente, a Câmara Municipal não tem dinheiro em caixa suficiente para pagar aos seus funcionários no fim do mês, e até para pagar as verbas protocoladas com as freguesias que rondam os 270 000 €, foi necessário recorrer ao crédito bancário.

Tudo isto se deve à vossa opção política quando assumiram os destinos do município em 2013, que foi baixar os impostos e taxas sem primeiro se certificar se havia condições para tal. Sem verificar que esta abrupta descida poderia, a médio/longo prazo, condicionar a situação financeira dos munícipes caminhenses.



Assembleia Municipal de Caminha

Isto levou a uma perda de receita superior a um milhão de euros por ano, multiplicando pelos anos do vosso mandato dará uma verba superior a seis milhões de euros.

Agora passado este tempo acabam de reconhecer que a vossa opção foi nefasta para o concelho, e vai daí aumentam todos os impostos para a taxa máxima permitida por lei, valores que no tempo do PSD à frente da autarquia nunca atingiram esse patamar de carga fiscal, ainda que estivéssemos em tempo de grande austeridade.

A somar a tudo isto ainda temos a partir de este mês um brutal aumento da fatura da água que atinge valores da ordem dos 80 % para os particulares, e para as empresas ultrapassa os 110 %.

Face a esta situação calamitosa, que soluções tem a autarquia para reverter esta realidade cada vez mais difícil?

Disse.”

b) Aprovação da ata da sessão ordinária de 14 de dezembro 2018

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à **“Ata da Sessão ordinária de 14 de dezembro 2018”**, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 28 votos a favor, 0 votos contra e 07 abstenções, as quais se devem ao facto de não terem estado presentes na referida sessão.

c)- Aprovação da ata da sessão extraordinária de 29 de janeiro 2019



Assembleia Municipal de Caminha

Assembleia Municipal submeteu à discussão e votou a proposta, relativa à **“Ata da Sessão extraordinária de 29 de janeiro 2019”**, que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 29 votos a favor, 0 votos contra e 06 abstenções, as quais se devem ao facto de não terem estado presentes na referida sessão.

d)- Celebração de Protocolos de Apoio às Freguesias

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quatro de fevereiro de dois mil e dezanove, relativa à **“Celebração de Protocolos de Apoio às Freguesias”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea j) do n.º1 do art.º25 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove os “Protocolos de Apoio às Freguesias”.

A **Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Lanhelas, Josefina Covinha**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal

Na sua pessoa reitero os meus cumprimentos a todos os presentes.

Repito presença neste parlatório para me dirigir a esta Assembleia de forma célere, mas necessária.



Assembleia Municipal de Caminha

Como é sabido, a legislação em vigor não obriga a Câmara Municipal a celebrar com as Juntas de Freguesia qualquer tipo de protocolo de colaboração que regule os apoios a conceder. Apesar disso, o Executivo camarário tem entendido, ao longo dos últimos 5 anos, que a melhor forma de salvaguardar a estabilidade, a previsibilidade e a transparência na atribuição desses apoios, seria através da figura protocolar que protege cabalmente os direitos e deveres das partes e salvaguarda os interesses das populações.

Creio que não serei mal compreendida se disser que, o que todas as Juntas de Freguesia esperam, é uma maior mobilização de recursos financeiros e humanos por parte da Câmara Municipal. Provavelmente, independentemente do valor monetário em causa, nunca o Senhor Presidente da Câmara ouvirá de um ou de uma Presidente de Junta, que considera bastante o dinheiro que é atribuído à sua população.

Mas cumpre fazer justiça! O conjunto de protocolos que hoje levamos a votação permite que as Juntas de Freguesia do concelho de Caminha recebam 292.700 euros até ao final deste ano. Estes montantes deverão configurar investimento que irão beneficiar todas as Freguesias e esta é já uma boa notícia!

Mas há uma melhor notícia que marca, e muito, o modo de estar e atuar deste Executivo camarário. Desde que começamos a trabalhar juntos há 5 anos, as Juntas de Freguesia sabem com o que podem contar em cada ano, sabem que existem critérios transparentes de atribuição de recursos e sabem que nenhuma Junta de Freguesia é prejudicada e favorecida por ser desta ou daquela cor política. Sei bem do que falo: durante anos a fio, em que Lanhelas foi governada por uma equipa eleita em lista diferente daquela que estava na Câmara, a Freguesia sofreu dificuldades financeiras constantes num ato de pura retaliação pela diferença de opiniões.

Felizmente, esses tempos acabaram e espero que não voltem a bem do Concelho de Caminha.

Uma última palavra.



Assembleia Municipal de Caminha

Senhor Presidente da Câmara,

Assumi com as Juntas de Freguesia o esforço de adiantar, no início de cada ano, o valor de despesas correntes a que temos direito, de modo a auxiliar a nossa tesouraria e agilizar a nossa ação. Na conta da Freguesia de Lanhelas o dinheiro já entrou, demonstrando o quão certa é a sua palavra. Não lhe agradeço o que é, por direito, de todas as Freguesias e também de Lanhelas mas quero agradecer-lhe essa forma de estar sempre dialogante e aberta a compromissos que vem marcando o seu mandato e valorizando a democracia no concelho de Caminha.

Muito obrigada.”

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

e)- Acordo de Regularização de Dívida com as Águas do Norte, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de quatro de fevereiro de dois mil e dezanove, relativa ao **“Acordo de Regularização de Dívida com as Águas do Norte, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.



Assembleia Municipal de Caminha

Assim, nos termos do art.º 83.º da Lei 114/2017, de 29 de dezembro, e do Decreto-Lei n.º 5/2019, de 14 de janeiro, as autarquias locais que tenham dívidas vencidas às entidades gestoras de sistemas multimunicipais de abastecimento de água, saneamento ou resíduos urbanos podem celebrar acordos de pagamento, e nos termos da alínea c), do n.º 1, do art.º 6, da Lei 8/2012, de 21 de fevereiro, a assunção de compromissos plurianuais está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, pelo que **se propõe** que este órgão deliberativo autorize o “Acordo de Regularização de Dívida com as Águas do Norte”.

O **Senhor Deputado Hugo Martins**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, Senhores Presidentes da Junta, ilustres Munícipes e Comunicação Social, e disse o seguinte;

“Não é segredo para ninguém que a Câmara Municipal de Caminha vem acumulando, pelo menos desde 2005, uma dívida associada ao serviço de abastecimento de Água e Saneamento que vem pesando nas contas municipais e, por definição, na capacidade de investimento do Município.

Embora este debate se repita muito nesta Assembleia Municipal, convém lembrar o caminho percorrido até aqui para se perceber que, através desta proposta, se pretende resolver e estancar a sangria do passado para que o Município possa avançar para o futuro.

A Câmara Municipal de Caminha está já, neste momento, a pagar diversos empréstimos e acordos por causa da dívida da água. Seja através do PAEL - programa de regularização de dívidas a credores contraído pelo Executivo PSD em 2012 - seja através de distintos acordos, a Câmara Municipal de Caminha tem a responsabilidade de liquidar dívida não paga desde o ano de 2005. Acresce a esta dívida, obviamente, a responsabilidade do pagamento das faturas que, a cada mês, se vão vencendo. Ora, o que a Câmara Municipal de Caminha vem dizendo é que não pode, não consegue, neste momento, pagar



Assembleia Municipal de Caminha

uma dívida acumulada durante 13 anos e, ao mesmo tempo, pagar a dívida que a cada mês surge pelo consumo da população.

Face a esta situação, era necessário encontrar uma saída e acreditamos que esta proposta é a melhor solução possível. Relativamente ao PAEL, não há nada a fazer e a Câmara terá que continuar a pagar aquela dívida de água que vem da década anterior. Mas face ao acordo subscrito em 2017, o que a Câmara Municipal nos propõe é substantivamente melhor para a tesouraria municipal. Há três razões para isso:

- 1- O montante acumulado em dívida já não tem que ser pago em 5 anos, tem que ser pago em 25 anos.
- 2- O montante a pagar deixa de exigir um esforço na ordem dos 1.2 milhões de euros anuais e passa a comprometer um esforço de 485 mil euros anuais.
- 3- A taxa de juro aplicada neste acordo é substantivamente menor e, consolidada a cessão de créditos por parte das Águas do Norte, passará a ser ainda mais baixa.

Nesta fase, não estamos a discutir responsabilidades políticas sobre o não pagamento de faturas de água desde 2005 até aos nossos dias. Neste momento, também não estamos a premiar nem a castigar quem contribuiu para acumular 11.5 milhões de euros em dívida de água, dividida pelo PAEL e pelos diversos acordos. Neste momento, não interessa, sequer, evidenciar o problema estrutural de um sistema de abastecimento de água que tem perdas de cerca de 50% e lidou anos a fio com um défice tarifário brutal.

Não, do que se trata neste momento é de saber como podemos aliviar a tesouraria municipal de modo a que a Câmara possa pagar a água do passado, a água do futuro e continuar a investir na Educação, Ação Social, Infraestruturas e Cultura, enfim, continuar a fazer o trabalho que a população exige.

Votar contra este acordo, é defender que a Câmara deve pagar 1.2 milhões de euros por ano e resolver tudo já, nos próximos 5 anos. É castigar a tesouraria da Câmara sem querer saber que se castiga, na verdade, a vida das pessoas.



Assembleia Municipal de Caminha

Votar contra o acordo, é votar numa irresponsabilidade que irá paralisar totalmente o Município.

Votar a favor deste acordo é criar condições para que a Câmara possa pagar a dívida acumulada nos últimos 13 anos e, ao mesmo tempo, dar capacidade para prosseguir o apoio às freguesias, às instituições e à população.

Por isso, o Partido Socialista votará a favor deste acordo de pagamento.”

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“A análise da situação financeira da Câmara Municipal é cada vez mais preocupante. Poderíamos aqui relatar todos os pormenores do estado calamitoso das contas, mas em termos mais globais recordamos:

- Limite de endividamento permitido por lei ultrapassado;
- Prazo médio de pagamentos a fornecedores em números nunca antes vistos;
- Incapacidade financeira da Câmara para fazer face a despesas correntes como simples manutenções do parque de viaturas ou equipamentos;
- Orçamentos maquilhados com receitas impossíveis para camuflar o que se antevê como mais exercícios negativos, exercícios com mais prejuízos.

Mas falamos agora nas dívidas de água e saneamento à empresa fornecedora. Salientamos que este mês de fevereiro todos nós começamos a sentir no bolso as políticas deste Executivo do Dr. Miguel Alves, as faturas que recebemos e pagamos têm o dobro ou triplo do preço das anteriores.

Alguns Municípios do nosso distrito optaram por fazer ajustes suaves e progressivos dos preços, mas por opção do Executivo da Câmara de Caminha nós passamos de imediato para a tabela máxima.

Vejamos os factos:

- A Câmara Municipal presidida pelo Dr. Miguel Alves nunca pagou uma fatura mensal desde que tomou posse no ano de 2013, mas cobrou as faturas a todos nós munícipes;



Assembleia Municipal de Caminha

- A gestão do Presidente Miguel Alves coloca agora a dívida da água no valor de 6 milhões 742 mil euros, a que somam ainda 2 milhões 857 mil euros de juros, num total de 9 milhões 599 mil euros;
- Este valor será para pagar em 25 anos;
- Recordamos que em 2013, quando chegou à Câmara, o presidente Miguel Alves encontrou um valor em débito de 2 milhões 400 mil euros, fruto de acordo efetuado em 2012 após contencioso em que o então executivo obteve um substancial decréscimo no tarifário que lhe tinha sido imposto.

Nesta data lutava-se pelo interesse dos munícipes.

- Mas em outubro de 2021, quando terminar o seu mandato, o presidente Miguel Alves deixará uma dívida, apenas de água e saneamento, de 6 milhões e 67 mil euros; isto se, entretanto, cumprir os pagamentos acordados;
- Vai deixar 3 milhões 667 mil euros acima do que encontrou; só em água e saneamento; repito, se, entretanto, cumprir os pagamentos acordados;

Mas esta proposta de acordo tem ainda outro grave problema.

Na cláusula 8, alínea d) podemos ler:

"Caso o Credor não proceda à cessão dos Créditos no prazo de 12 meses a contar da data de efetivação do Acordo, o mesmo considera-se automaticamente reduzido a um prazo de 5 anos".

Ou seja, o atual governo PS, a administração da Águas do Norte e o Executivo PS da Câmara de Caminha, não tendo ainda contratualizada a cedência de créditos, não podem garantir que o prazo alargado vai ser uma realidade.

E empurram o problema para quando, para depois das eleições legislativas do final deste ano.

É a gestão do eleitoralismo; é a gestão de quem apenas quer ganhar eleições não olhando a meios, enganando os eleitores com hipotéticas soluções que afinal não são ainda uma realidade.

Mas preparem-se todos os Caminhenses porque o aumento da fatura da água não vai ficar por aqui. Já no início deste ano o Município de Viana do Castelo aumentou ainda mais as tabelas de preços, o que significa que as nossas



Assembleia Municipal de Caminha

faturas voltarão a aumentar quando começar a funcionar a famigerada empresa "Águas do Alto Minho". E continuará a aumentar conforme a administração desta nova empresa muito bem entenda.

Consideramos que as opções impostas pelo presidente Miguel Alves aos Municípes, sem que as tenha debatido com ninguém, prejudicam gravemente a nossa população.

Esperamos que após as próximas eleições autárquicas de 2021 um novo executivo, mais responsável e defensor do interesse da nossa população, possa reverter este cenário saindo da alçada desta empresa que tanto nos vai prejudicar."

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, disse que não sabe se prefere estar em desacordo com o Senhor Presidente da Câmara, ou, de acordo. Porque nunca estiveram tão unidos como ali estão. E porquê? Porque em dezembro de 2017, aquando da votação do último acordo, a CDU afirmou claramente que aquele acordo era uma falácia total; que não valia a pena, era uma perda de tempo e era impossível que a Câmara Municipal de Caminha conseguisse pagar aquele acordo. E hoje, o Senhor Presidente vem ali dizer que a eles tinham razão. Mais disse, em abono da verdade, que nessa altura também o Sr. Presidente da Câmara não conseguiu dizer que não tinham razão. Mas hoje é para a CDU a confirmação de que as previsões políticas que faz, completamente desligadas daquelas que são as previsões partidárias do PSD e do PS e que tem alimentado muita daquela que é a crítica que estes partidos fazem ali na Assembleia, são as mais corretas e talvez seja o momento do Município de Caminha acordar para esta realidade, reconhecendo o papel da CDU ao apontar aquilo que é possível de se fazer, ou não, no município de Caminha. Disse ainda o Senhor Deputado que de facto não era possível cumprir o acordo anterior, da mesma forma que este acordo também não é possível, Falamos de uma dívida em cerca de seis milhões e setecentos mil euros, que somando os juros ascende aos nove milhões e meio de euros.



Assembleia Municipal de Caminha

Fez nota que em 2017, há uma ano atrás, a dívida ascendia aos quatro milhões quatrocentos e oitenta mil euros, ao que acresciam juros, levando o acordo de então para os cinco milhões trezentos e setenta e seis mil euros, ou seja, hoje discute-se ali numa subida de quatro milhões em um ano e pouco, provando efetivamente a incapacidade financeira do Município para fazer frente a esta situação. A verdade, disse, é que depois da opção que fizeram em 2017, não sabe se lhes restaria outra solução. É que a Câmara Municipal levou o município para uma escalada de acordos que muito provavelmente não terá fim, ou terá fim apenas quando, infelizmente, a água passar para domínio privado e aí se fecharem as torneiras para o Município de Caminha e a forma coerciva de tirar dinheiro aos munícipes do Município de Caminha seja muito mais vil do que aquela que já vem neste acordo. Disse ainda o Senhor Deputado que tem que haver sinceridade, porque ir ali defender o indefensável, ouvindo as mesmas pessoas que defenderam o acordo de 2017 a dizerem agora que este acordo é que é bom, que o anterior afinal não nos servia, passado sensivelmente um ano e dois meses. A verdade é que o Município nunca vai conseguir pagar um acordo, que o obriga a uma dotação mensal de cerca de setenta mil euros em 2019 e só em 2036 é que passará a ter um valor trimestral abaixo dos cem mil euros. Recordou que já este ano se perde a receita da água, logo, é menos essa receita que o Município vai ter. Se desde 2017 até agora se tinha receita da água e não se conseguiu pagar nenhuma fatura, aumentou a dívida que se tinha com a água em cerca de quatro milhões, pergunta, se acreditam que se vai pagar seja o que for sem essa receita da água.

Disse ainda o Senhor Deputado que este plano a 25 anos, que parece ser tão bom, parecendo que o credor é tão bom para o município que até perdoa 30% dos juros, podendo até acreditar que tal seja uma vitória negocial, mas, o facto é que comparando com o de 2017, este é um acordo muito mais lesivo e ofensivo para o Concelho de Caminha. A boa vontade e as palavras que integravam o acordo de 2017 desapareceram. Existe mais dureza neste acordo



Assembleia Municipal de Caminha

e mais intransigência, disse. No entanto, chama a atenção para o facto de no acordo de 2017, aceitando melhor leitura, que o Município poderia ter um atraso no pagamento de 60 dias, porém neste novo acordo isso não está permitido. Portanto, em termos de gestão Camarária, não é estranho que possa haver um pequeno atraso de pagamento, só que este acordo é completamente intransigente em relação a essa matéria, defendendo, o sr. Deputado, que, independentemente de se ser a favor ou contra este acordo, seria necessário renegociar estas cláusulas.

E termina, o Senhor Deputado, dizendo que a CDU entende que este acordo não vai poder ser pago e que, pelo caminho que o executivo camarário está a fazer, provavelmente o que se espera poderá ser uma sucessão de novas renegociações e novos acordo, fruto de incumprimento dos anteriores, mas pergunta se não haverá ainda possibilidade de se renegociar o acordo agora apresentado, levando o credor a mostrar boa vontade no sentido de entender possíveis incumprimentos do município, tal com acontecia no acordo de 2017. Terminou o Senhor Deputado a dizer que a CDU tinha razão e tem razão neste momento. Provavelmente terão todos que apertar cada vez mais o cinto, em vão, no entanto, afirmou, ninguém quereria estar na pele do Senhor Presidente ao ter que pagar uma dívida que já vai em nove milhões e meio e cresce continuamente, considerando o facto de se perder a receita da água, embora nesta matéria tenha sido o executivo camarário a optar por abdicar dessa mesma receita.

Disse.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que este é um tema que está ligado ao debate anterior a propósito do que se quer fazer com o sistema de água e com a capacidade de investimento, e com os tarifários da água.

Disse o Senhor Presidente que gostava de entender qual é a opção, face à dívida existente, se se deve pagar ou não a dívida! Porém, o executivo entende



Assembleia Municipal de Caminha

que se deve pagar, não o faz alegremente, o executivo municipal não pega no dinheiro que as pessoas pagam a água e queima esse dinheiro ou guarda-o num cofre, esse dinheiro serve para pagar dívida antiga de água, empréstimos, salários, educação, Cultura e Ação Social. O que quer dizer que a Câmara tem de facto um problema estrutural, e reitera mais uma vez o Senhor Presidente que já ali tem desafiado sobretudo a direita para lhes dizer se a Câmara desbaratou este montante que se está ali a falar de um capital de seis milhões e meio de forma despesista, mas, a verdade é que nunca foi apontada nenhuma medida substantiva porque de facto o dinheiro não é gasto em medidas despesistas, o que falta a cada uma das Juntas de Freguesia é dinheiro para investir, assim com à Câmara. E ainda hoje aquilo que pediram no Conselho Municipal de Educação foi mais dinheiro para se poder ter mais funcionários nas escolas, logo, não é de bom grado que ali vai dizer que se tem que resolver este problema, como dizer às pessoas que vão pagar na fatura da água mais 40% ou 60%, mas, qual é o Presidente de Câmara que tem como bandeira o aumento da tarifa da água, contudo, o executivo faz isso para resolver um problema do Concelho, e fá-lo dando sinais claros de que podem não ter o acordo da população, e compreende, mas, ninguém dirá que o Presidente da Câmara está a fugir às suas responsabilidades, e que está ali a resolver um passado e que tem uma resposta para resolver o futuro.

Disse ainda o Senhor Presidente que vai distinguir ali as respostas aos dois partidos políticos, porque eles de facto não são iguais nesta matéria. Quanto à CDU, disse o Senhor Presidente que esta tem mantido uma coerência na sua posição, mas a qual não resolve a questão, porém, se estivesse no poder estariam a fazer exatamente igual, porque o PC tem uma capacidade de chegar às autarquias e ser tão pragmático quanto o partido da esfera central da ação política nacional, contudo, percebe a coerência do discurso.

Disse ainda o Senhor Presidente que o Senhor Deputado quanto a esta matéria, que se perde a receita da água, e isso é verdade, mas, o executivo não pode usar a receita da água para o que está a usar, para pagar os



Assembleia Municipal de Caminha

investimentos na educação, trabalhadores e etc., ou seja, a receita da água tem que servir para pagar a água, o problema, foi que o PSD responde dessa forma, sem nenhuma solução para essa matéria, porque o fez durante anos. Disse ainda o Senhor Presidente que o PSD desde 2005 entre aquilo que recebia das pessoas e o que deixou de pagar são 5 milhões 738 mil euros, esta é diferença nestes anos, entre aquilo que recebia das pessoas para pagar água e que não pagou, porém, este executivo também não é muito inocente, porque também não conseguiu pagar, todavia, há poucos dias pagou uma fatura, que não o fazia há um ano, no entanto, também não o está a dizer com prazer, na verdade não conseguiu pagar as faturas da água, e ainda agora ali na intervenção do Senhor Deputado Pedro Casal refere que apenas se tem 300 mil euros em caixa, isto porquê?, porque se está a pagar às Juntas de Freguesia, a investir no saneamento, a fazer a obra da Sandia, no entanto, podia-se deixar de fazer investimento, mas o Concelho também paralisava. Disse ainda o Senhor Presidente que ao longo do tempo se tem feito pagamento de água, ainda assim, estão a pagar sempre o PAEL e o empréstimo, porque é muito fácil fazer, aquilo que se fez na Câmara em 2012, antes das eleições, fez-se um acordo, juntaram-se faturas de água de 2005, e pagou-se as Águas do Norte aquilo que se tinha que pagar e depois o executivo que viesse fica a pagar essas faturas desde 2005, foi a solução encontrada.

Disse o Senhor Presidente que agora também se vai pagar algo em que o Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro tinha razão, o acordo de 2017, que não foi possível cumprir, no entanto, temendo que o Senhor Deputado tivesse razão nesse debate nunca deixou de sublinhar que essa matéria poderia ir ali novamente à Assembleia. Mas, o facto é que aquele acordo era muito difícil de cumprir, e aquilo que hoje se está ali a pedir, é para se decidir se se continua com esse acordo, ou, o novo acordo. Contudo, disse ainda que neste novo acordo, onde o executivo pagava no acordo de 2017 por ano 1 milhão 176 mil euros, agora, neste novo acordo vai pagar 484 mil euros, não é



Assembleia Municipal de Caminha

pagamento mensal, é por trimestre, mas, se se dividir por mês, onde antes se tinha que pagar 97 mil euros, agora vai-se pagar 40 mil euros por mês, e isso é substantivamente melhor para a tesouraria, ainda assim, também se tem o juros, os quais terão que ser pagos, contudo, para a tesouraria da Câmara é melhor, porque vai permitir ir a essas contas pagar as faturas da água e ainda ficar com dinheiro liberto para se poder fazer investimento que o Concelho exige, e é disso que ali se está a tratar neste novo acordo, é escolher se se quer manter o acordo de 2017, se se quer manter o pagamento de 1 milhão 176 mil euros, por ano, ou, se se quer baixar esse pagamento anual para 484 mil euros, no entanto, o executivo julga que este acordo é mais benéfico. No entanto, se as Águas do Norte não conseguir o crédito ao Banco Europeu de Investimento, e isso muito provavelmente não irá acontecer, porque irá sair um diploma. Mas, mesmo que isso não aconteça, esse acordo baixa para um acordo a 5 anos e mesmo assim tem condições mais favoráveis do que o acordo anterior, logo, insta os Senhores Deputados a ajudarem o Município a pagar esta dívida, para se poder encarar o futuro com outra visão, apesar das dificuldades que acarreta aquela que é a realidade, e a realidade que está clara no Concelho de Caminha e neste momento precisa de uma ação política por muito difícil que ela seja de tomar.

O **Senhor Deputado Joaquim Celestino Ribeiro**, solicitou a palavra para informar que na cláusula 6, ponto 6.1, do Acordo da Água, falta identificar o Decreto-Lei nº5/2019 de 14 de janeiro.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 22 votos a favor, 09 votos contra e 04 abstenções.



Assembleia Municipal de Caminha

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

f)- Regulamento da Gala do Desporto do Município de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezanove de dezembro de dois mil e dezoito, relativa ao **“Regulamento da Gala do Desporto do Município de Caminha”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o “Regulamento da Gala do Desporto do Município de Caminha”.

O **Senhor Deputado Carlos Videira**, saudou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Caminha, Senhor Presidente da Câmara Municipal de Caminha, Senhores Vereadores, Senhores Deputados, caros munícipes do Concelho de Caminha, e saúda a iniciativa a qual vai no âmbito daquilo que é a experiência de vários municípios de todas as cores políticas, e de facto aquilo que esta iniciativa tem de simbólico também tem ali o motivo da sua intervenção. E refere que uma das categorias que está prevista no Regulamento para a gala é precisamente a questão do Atleta de Mérito do Desporto Escolar, “atribuir ao melhor atleta ou melhor equipa, do Programa do Desporto Escolar, que mais se tenha/tenham destacado a nível local, regional ou nacional, ou representado a Seleção Nacional”, julga o Senhor Deputado que seria importante incluir neste âmbito por via regulamentar ou outra, a questão do Desporto Universitário. Tem sido dado passos a nível nacional o Conselho de Ministros deu seguimento muito recentemente aquilo que era a



Assembleia Municipal de Caminha

aprovação dos estatutos de Atleta do Ensino Superior, prosseguindo um trabalho que já vinha do anterior governo, e de facto esta iniciativa tem algo de simbólico porque todos sabem que a grande quebra que hoje se verifica ao nível da atividade física, ao nível da atividade desportiva é precisamente aos 18 anos, quando muitas pessoas que praticam Desporto Escolar, porque este é o principal meio para se começar a pratica desportiva, passam por um período de transição muitas vezes para o ensino superior ou para a idade ativa e acabam por deixar de fazer desporto e atividade física, porque começam a ter outras responsabilidades e também começam a acarretar outro tipo de problemas, nomeadamente de saúde que estão ligados ao sedentarismo. No entanto, hoje existe uma federação de utilidade pública desportiva, que se trata da Federação Académica de Desporto Universitário, existem atletas provenientes do Concelho de Caminha que tem vindo a participar em campeonatos nacionais universitários e europeus, a representar seleções nacionais, logo, existem um conjunto de iniciativas onde podem ter lugar no reconhecimento de mérito neste regulamento do Desporto de Caminha, ou seja, se houvesse forma de incluir a valorização do Desporto Universitário, o que faria todo o sentido, na opinião do Senhor Deputado.

O **Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves**, disse que a proposta do Senhor Deputado é pertinente e tem algum sentido, no entanto, propõe para que este regulamento continua como está, uma vez, que já passou por todos os trâmites necessários para a sua aprovação. Contudo, a intervenção do Senhor Deputado vem ali dar uma luz sobre a avaliação que se possa fazer no futuro sobre o mérito dos diferentes atletas. Disse ainda o Senhor Presidente que ter esse alerta em especial, que está um pouco fora desta matéria e do modo como está organizado o regulamento, mas, se com a vigência do regulamento se perceber ao longo do tempo que faz sentido haver uma menção especial ao Desporto Universitário, o executivo terá todo o gosto em promover uma alteração ao regulamento, porém, neste momento irá deixá-lo



Assembleia Municipal de Caminha

como está, uma vez que já fez todo o percurso, no entanto, certamente que terá o apoio dos Senhores Deputados para que no próximo ano se faça a primeira gala, mas, no entanto, agradece a sugestão ao Senhor Deputado Carlos Videira.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

g) - Regulamento do Regime Especial de Esterilização de Animais de Companhia do Município de Caminha

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezoito de fevereiro de dois mil e dezanove, relativa ao **“Regulamento do Regime Especial de Esterilização de Animais de Companhia do Município de Caminha”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante. Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º 1, do art.º 25, da Lei 75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar os regulamentos com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo aprove o **“Regulamento do Regime Especial de Esterilização de Animais de Companhia do Município de Caminha”**.



Assembleia Municipal de Caminha

O **Senhor Deputado Rui Taxa**, deu início à sua intervenção e disse o seguinte;

“O regulamento que hoje este Executivo traz para aprovação desta Assembleia Municipal é um instrumento que não terá qualquer utilidade, até que um dia o Sr. Presidente se lembre de que a esterilização dos animais errantes é um assunto que deve ter carácter prioritário no nosso concelho e ser tratado com seriedade e honestidade.

Foi aprovada a Lei do não abate de animais errantes como forma de controlo da população, passando a ser só permitida por motivos de saúde ou comportamento.

A mesma Lei refere que, a complementar esta decisão, deveria vir a consequente esterilização de animais errantes.

O despacho 3283/2018 aprova um apoio financeiro de 500 mil euros para a esterilização de animais, aos Municípios.

Lamentamos publicamente que, após os vários apelos feitos pela Presidente da Associação Selva dos Animais Domésticos em várias reuniões públicas, para que se candidatasse a esta campanha nacional de esterilização, o Sr. Presidente tivesse deixado passar os prazos todos e negligenciado um assunto que também é de saúde pública.

Para além de ter negligenciado e ter perdido a oportunidade de se candidatar a esta campanha nacional, ainda não deu início ao projeto de esterilização de animais que ganhou o orçamento participativo.

Até imagino o que me vai responder a seguir " é já amanhã que vamos dar início a todos esses projetos".

Afinal consigo é tudo para amanhã, mas a verdade é que não passam a barreira do nunca.

Resumindo, nada fez para controlar o número de animais errantes que têm aumentado exponencialmente no nosso Concelho.



Assembleia Municipal de Caminha

O PSD espera que o Sr. Presidente ouça os nossos constantes apelos para que inicie uma campanha de esterilização animal de forma a dar forma ao consagrado na lei.

Por outro lado, e para terminar, voltamos a apelar a que não se esqueça do Veterinário Municipal.

Chega de atribuir culpas aos serviços como se não tivesse qualquer responsabilidade no atraso do concurso publico para a contratação deste técnico superior.

A responsabilidade é toda sua de estarmos há mais de 4 anos sem Veterinário Municipal. O Sr. Presidente está a por em risco a saúde pública, uma vez que não há controle dos mercados municipais e o próprio regulamento que hoje pretende aprovar, prevê a existência de um Veterinário Municipal que não existe no nosso concelho.

O PSD apela para que este regulamento seja um instrumento de ação e não um mero documento de demagogia política para enganar as pessoas, colocando todos a falar em esterilização, mas na verdade a não por em prática qualquer campanha.”

O Senhor Presidente da Câmara, Miguel Alves, disse que adora quando se enche a boca para se falar ali de seriedade e honestidade. Disse ainda o Senhor Presidente que se deve falar a sério nesta matéria dos animais, porque se existe um Município no conjunto do Alto Minho que está a cumprir a Lei antes de ela existir é o Município de Caminha. O Município de Caminha faz um enorme esforço para todos os meses transferir uma quantia de 3 mil e 800 euros, para poder ajudar o trabalho extraordinário que a Associação Selva dos Animais faz no Abrigo, e o executivo faz este esforço porque julga que é meritório e entende que esta é uma questão civilizacional. Disse ainda o Senhor Presidente que estão ali alguns Presidentes de Junta a olhar para ele porque sabem que recebem muito menos nas suas Freguesias, contudo o executivo entende que deve fazer este investimento, e fá-lo pelo trabalho de



Assembleia Municipal de Caminha

excelência que a Associação faz. Disse ainda que o Município de Caminha no conjunto dos Municípios é conhecido por esse trabalho, e é por isso que apesar das dificuldades que existem, está controlada a questão dos animais errantes. Disse ainda o Senhor Presidente que o Município de Caminha paga o salário a quatro funcionários que estão a trabalhar no Abrigo dos Animais, no entanto, os Senhores Presidentes continuam a olhar para ele porque sabem que não paga salário a nenhum dos seus trabalhadores, mas, o executivo faz isso com o Abrigo porque entende que é justo e necessário. Mas, o Município de Caminha também não consegue fazer tudo em prol desta situação, no entanto, o Município de Caminha também não engole esse tipo de critica. Disse ainda o Senhor Presidente que o executivo entende que deve ser feita a esterilização dos animais, ao contrário daquilo que o Senhor Deputado disse, e teve que esclarecer essa matéria com a Presidente da Associação de Animais, a Selva, que faz questão de lutar pelos animais e dá-lhe o privilégio de ser sua amiga, de esclarecer que não é verdade que o Município não se tivesse candidatado, e com essa candidatura lhe foi atribuído 15 mil euros, o que pode provar em qualquer momento, porém, aquilo que o executivo não conseguiu fazer foi aprovar este regulamento a tempo, no entanto, pergunta o Senhor Presidente com os 15 mil euros atribuídos, como se faria a escolha dos animais a esterilizar; com base em quê? Naqueles que eram nossos amigos, nos cães que estavam há mais tempo no Abrigo; só nos gatos; só nos gatos persas ou só nos cães vadios, no entanto, este regulamento é que vai permitir escolher, ou 15 mil euros, chega para quê! Este apoio que é atribuído através desta candidatura, permite apoio entre 15 e 55 euros, mas, sabem quanto custa uma esterilização de um animal, custa muito mais do que isso, custa mais do dobro, dinheiro público que também é necessário investir, e para investir dinheiro público é necessária uma regulamentação. No entanto, o Município candidatou-se, teve o direito aos 15 mil euros, e ainda se pode candidatar a todo tempo. Disse ainda o Senhor Presidente que se diz que este regulamento é inútil, isso não entende, porque é com este regulamento que vai permitir que as famílias



Assembleia Municipal de Caminha

que não tenham poder económico para fazer a esterilização a um animal de companhia, o façam de forma gratuita. Ou seja, existem muitas famílias que não tem capacidade de esterilizar os seus animais, porque cada esterilização custa cento e muitos euros, logo, isto não é inútil. Disse ainda o Senhor Presidente que esta regulamentação vai permitir cumprir a Lei, e aquilo que a Lei refere é, que devem ser esterilizados através deste dinheiro que é atribuído, os 15 mil euros, os animais que são adotados nestes Abrigos, mas, para que isso aconteça tem que se cumprir um conjunto de regras, como colocar o chipe, vacinação e só depois esterilizar o animal, o que custa muito mais do que 100 euros, porém, isto serve para dizer que este dinheiro não é para esterilizar animais que estejam no Abrigo ou em outras colonias, para isso vai ter que haver outros programas.

Quanto ao concurso de veterinário, disse o Senhor Presidente que aquilo que o Senhor Deputado acabou ali de dizer, é a confirmação da crítica que sempre o executivo que defendeu o fazia, ou seja, a responsabilidade de um concurso público para se ter um veterinário no quadro é do Presidente da Câmara. No entanto, disse o Senhor Presidente que desde 2013 que o Presidente da Câmara não interfere em nenhum concurso público para trabalhadores, esta é uma novidade, mas, a verdade é essa, desde outubro de 2013 que isso não acontece, esta é uma opção tomada. No entanto, o facto é que o concurso já tem algum tempo, mas, não vai interferir, ou seja, esta é uma responsabilidade que mudou, para que fiquem esclarecidos sobre essa matéria.

Não havendo mais inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta



Assembleia Municipal de Caminha

na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

h)- Implementação de Sinalética na “Ponte de Belém” na Freguesia de Argela

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de dezanove de dezembro de dois mil e dezoito, relativa à **“Implementação de Sinalética na “Ponte de Belém” na Freguesia de Argela”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º1, do art.º25, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar, a implementação de sinalética que proíba a circulação a veículos de peso bruto superior a 3500kg na denominada “Ponte de Belém”, integrada na Estrada Municipal 526, rua de Santa Marinha, na Freguesia de Argela. Atendendo a que não se torna viável a colocação da sinalética junto à obra de arte em causa, dado que não é possível a um pesado que se depare com a sinalética, proceder à inversão de marcha no local, a sinalética deve ser implementada a 50m, 150m e 250m da Ponte, como se indica:

- 1) Na EM526 (rua de Santa Marinha) do lado direito do sentido de trânsito, sentido ascendente, Argela-Dem, junto ao número de polícia 950: sinal C6 (trânsito proibido a veículos de peso total superior a 3,5 toneladas) e painel adicional modelo 1a com a inscrição “250 m”, como indicado em fotomapa anexo, que uma cópia fica a fazer parte integrante da ata;
- 2) Na EM526 (rua de Santa Marinha) do lado direito do sentido de trânsito, sentido ascendente, Argela-Dem, junto ao a rua da Portelinha: sinal C6 (trânsito proibido a veículos de peso total superior a 3,5 toneladas) e painel



Assembleia Municipal de Caminha

adicional modelo 1a com a inscrição “250 m”, como indicado em fotomapa anexo, que uma cópia fica a fazer parte integrante da ata;

3) Na EM526 (rua de Bouças) do lado direito do sentido de trânsito, sentido descendente, Dem-Argela, junto ao largo de Belém: sinal C6 (trânsito proibido a veículos de peso total superior a 3,5 toneladas) e painel adicional modelo 1A com a inscrição “50 m”, como indicado em fotomapa anexo, que uma cópia fica a fazer parte integrante da ata.

Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

i)- Complementação de Sinalética na “Ponte de Belém” na Freguesia de Argela

A Assembleia Municipal apreciou e discutiu uma proposta da Câmara Municipal, aprovada na reunião ordinária de vinte e três de janeiro de dois mil e dezanove, relativa à **“Complementação de Sinalética na “Ponte de Belém” na Freguesia de Argela”**, conforme documento anexo que aqui se dá por inteiramente reproduzido e dela faz parte integrante.

Assim e porque nos termos da alínea g), do n.º1, do art.º25, da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, compete à Assembleia Municipal aprovar as posturas com eficácia externa do município, **propõe-se** que este órgão deliberativo autorize aprovar, a complementação à sinalética implementada com um **painel**



Assembleia Municipal de Caminha

adicional modelo 10a com a inscrição “Exceto transportes públicos e RSU”.

E ainda que se implemente a seguinte sinalética imediatamente antes do início da Obra de Arte, em cada sentido de trânsito, ou seja, **sinal C6 (trânsito proibido a veículos de peso total superior a 3,5 toneladas) e painel adicional modelo 10a com a inscrição “Exceto transportes públicos e RSU”.**

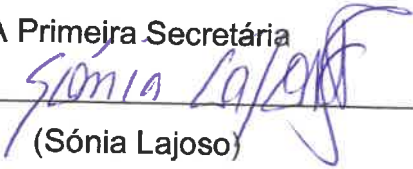
Não havendo inscrições para a discussão deste ponto o **Senhor Presidente da Mesa** submeteu-o à votação do Plenário.

A presente proposta foi aprovada pela Assembleia Municipal com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

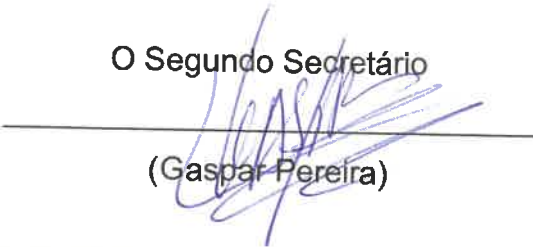
A deliberação, ora tomada, foi aprovada em minuta, depois de lida em voz alta na presença simultânea de todos, com 35 votos a favor, 0 votos contra e 0 abstenções.

O **PRESIDENTE DA MESA** agradeceu a todos os presentes a colaboração e declarou encerrada a Sessão, quando eram 23H00M, do dia 22 de fevereiro de 2019, da qual, para constar e por estar conforme, se lavrou a presente Ata, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.

A Primeira Secretária


(Sónia Lajoso)

O Segundo Secretário


(Gaspar Pereira)



Assembleia Municipal de Caminha

O Presidente

(Luís Augusto Pestana Mourão)